

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

"GRAVE!": A GYMNASTICA COMO CAMPO DE TENSÕES NA ESCOLARIZAÇÃO REPUBLICANA CAPIXABA (1908-1912)

Michel Binda Beccalli, Omar Schneider

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11853>

Submetido em: 2025-05-05

Postado em: 2025-05-21 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

"GRAVE!": A GYMNASTICA COMO CAMPO DE TENSÕES NA ESCOLARIZAÇÃO REPUBLICANA CAPIXABA (1908-1912)

MICHEL BINDA BECCALI¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1193-7715>

[<michelbeccali@gmail.comr>](mailto:michelbeccali@gmail.comr)

OMAR SCHNEIDER²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4146-7216>

[<omarvix@gmail.com>](mailto:omarvix@gmail.com)

¹ Universidade Federal do Espírito Santo / Secretaria de Educação do Espírito Santo. Vitória (ES), Brasil.

² Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória (ES), Brasil.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a introdução da Gymnastica como componente curricular obrigatório no Espírito Santo, entre 1908 e 1912, durante o governo de Jerônimo Monteiro, destacando suas implicações para o processo de escolarização republicana. A pesquisa fundamenta-se na Nova História Cultural e adota como método a análise histórica de fontes variadas, como decretos oficiais, jornais de época, fotografias escolares, produções dramáticas e trabalhos acadêmicos. A partir desses vestígios, buscou-se compreender como a Gymnastica, legitimada pelas reformas educacionais promovidas por Gomes Cardim, operava como um dispositivo de disciplinamento e de ordenamento sensível, articulado a prescrições higiênicas, cívicas e morais. Os resultados apontam que sua implementação não ocorreu de forma linear ou pacífica: foi atravessada por críticas públicas, tensões no interior das escolas e reações táticas por parte de professores, estudantes e da comunidade. As conclusões indicam que a Gymnastica, longe de ser uma prática neutra, foi campo de disputas simbólicas e políticas no qual se negociavam sentidos sobre o corpo, a educação e a cidadania. Dessa forma, a escolarização revelou-se espaço de forja de sensibilidades e de resistência frente às prescrições modernizadoras do projeto republicano.

Palavras-chave: gymnastica, escolarização republicana, educação dos sentidos, corpo, resistências.

"GRAVE!": GYMNASTICS AS A FIELD OF TENSIONS IN REPUBLICAN SCHOOLING IN ESPÍRITO SANTO (1908-1912)

ABSTRACT: This article aims to analyze the introduction of Gymnastica as a mandatory subject in Espírito Santo between 1908 and 1912, during the administration of Jerônimo Monteiro, highlighting its implications for republican schooling. Grounded in the theoretical framework of the New Cultural History, the study adopts a historical analysis method, examining various sources such as official decrees, period newspapers, school photographs, theatrical scripts, and academic researches. Through these traces, the article seeks to understand how Gymnastica, legitimized by the educational reforms led by Gomes Cardim, functioned as a disciplinary and sensory ordering device, aligned with hygienist, civic, and moral prescriptions. The results indicate that its implementation was neither linear nor uncontested: it was marked by public criticism, internal school tensions, and tactical responses from teachers, students, and the broader community. The conclusions suggest that Gymnastica, far from being a neutral practice, constituted a field of symbolic and political disputes, where meanings related to the body, education, and citizenship were negotiated. Thus, schooling is understood as a space for the shaping of sensibilities and a site of resistance in face of the modernizing prescriptions of the republican project.

Keywords: gymnastics, republican schooling, education of the senses, body, resistances.

"¡GRAVE!": LA GYMNASICA COMO CAMPO DE TENSIONES EN LA ESCOLARIZACIÓN REPUBLICANA CAPIXABA (1908-1912)

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la introducción de la Gymnastica como asignatura obligatoria en el estado de Espírito Santo entre 1908 y 1912, durante el gobierno de Jerônimo Monteiro, destacando sus implicaciones para la escolarización republicana. Basado en los presupuestos de la Nueva Historia Cultural, el estudio adopta como método el análisis histórico de fuentes diversas, como decretos oficiales, periódicos de la época, fotografías escolares, guiones teatrales y investigaciones académicas. A partir de estos vestigios, se busca comprender cómo la Gymnastica, legitimada por las reformas educativas dirigidas por Gomes Cardim, operaba como un dispositivo de disciplinamiento y de ordenamiento sensible, articulado con prescripciones higienistas, cívicas y morales. Los resultados indican que su implementación no fue lineal ni consensuada: estuvo marcada por críticas públicas, tensiones en el interior de las escuelas y respuestas tácticas de profesores, estudiantes y la comunidad. Las conclusiones señalan que la Gymnastica, lejos de ser una práctica neutral, constituyó un campo de disputas simbólicas y políticas, en el que se negociaban sentidos sobre el cuerpo, la educación y la ciudadanía. Así, la escolarización se revela como un espacio de formación de sensibilidades y de resistencia frente a las prescripciones modernizadoras del proyecto republicano.

Palabras clave: gymnastica, escolarización republicana, educación de los sentidos, cuerpo, resistencias.

INTRODUÇÃO

A escola, no início do século XX, se consolidou como um espaço de disputa em torno da formação dos sujeitos, revelando-se um território permeado por múltiplas forças que buscavam conformá-la e ressignificá-la. No Espírito Santo, as reformas educacionais implementadas durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) inserem-se em um contexto mais amplo de tentativas de modernização da cidade de Vitória, articulando projetos que iam além da organização do espaço urbano e alcançavam diretamente as sensibilidades e os modos de vida de sua população.

No entanto, longe de ser um processo linear ou pacífico, a escolarização desse período evidencia uma dinâmica polemológica, na qual estratégias normativas, advindas dos poderes instituídos, encontravam resistência e ressignificação nas táticas do cotidiano (Certeau, 1994).

Um dos elementos centrais desse debate é a introdução da Gymnastica como componente curricular obrigatório. Longe de ser apenas um componente curricular técnico, sua implementação carrega um conjunto de significados relacionados à modelação dos corpos e à incorporação de valores higiênicos e morais.

Entretanto, essa introdução não se deu sem embates: professores, alunos e a própria comunidade negociavam os sentidos dessa prática, reinterpretando suas finalidades e limites no cotidiano da sala de aula.

Dessa forma, a análise não se restringe às normas estabelecidas pelo Estado, mas busca compreender os arranjos que emergiram a partir da interação entre sujeitos e instituições. Os desfiles escolares, as formações em fileiras e a padronização dos gestos e das posturas eram apresentados como mecanismos de ordem, disciplina e civilidade. No entanto, mesmo nesse contexto, a adesão a tais práticas não era total, sendo atravessada por estratégias de controle e táticas de subversão. Ao invés de uma

aceitação passiva das normas impostas, observa-se um jogo de forças no qual professores, estudantes e gestores negociavam significados e redefiniam os usos e finalidades dessas práticas.

O período imperial brasileiro, particularmente nas décadas finais do século XIX, foi marcado por importantes disputas simbólicas em torno da ginástica e sua inserção curricular. No Rio de Janeiro, então província, tais debates refletiam não apenas conflitos educacionais, mas também embates culturais e sociais, com implicações claras sobre gênero e civilidade.

O Decreto nº 1920, de 1873, por exemplo, ao instituir aulas de ginástica anexas às escolas públicas e à Escola Normal do Rio de Janeiro, trouxe à tona a complexidade dessas questões, particularmente quando abordava o ensino da ginástica feminina, que deveria respeitar "a delicadeza e as pequenas forças do seu sexo e principalmente compatível com os escrúpulos rigorosos da educação nacional" (Villela, 2002, p. 211-212). Essa preocupação revela as sensibilidades predominantes na época, manifestadas por meio de prescrições rigorosas sobre o corpo feminino, em sintonia com representações culturais de gênero.

Esses debates não permaneceram confinados ao período imperial ou ao Rio de Janeiro. Ao contrário, no início do período republicano, especificamente entre 1908 e 1912, na cidade de Vitória (Espírito Santo), pode-se perceber a permanência e transformação dessas mesmas sensibilidades em torno do corpo feminino, beleza e saúde, evidenciando uma continuidade histórica das tensões entre o prescrito e o praticado.

As políticas urbanísticas e educacionais promovidas durante o governo de Jerônimo Monteiro sugerem a continuidade dessa preocupação em educar corpos para a modernidade republicana. Contudo, essas intervenções republicanas demonstram adaptações locais às sensibilidades que já haviam sido debatidas no período imperial em contextos como o fluminense.

Em Vitória, assim como já se discutia no Rio de Janeiro imperial, a ginástica integrava um projeto educativo mais amplo que incluía higiene e educação dos sentidos como elementos essenciais para formação do cidadão republicano, embora adaptado às condições locais e aos novos valores republicanos.

A introdução da *Gymnastica* no currículo escolar ocorreu como parte de um projeto mais amplo de reformulação da educação pública, associando-se a ideais higienistas, cívicos e pedagógicos modernos. No Espírito Santo, essa inclusão foi consolidada por meio da Reforma Gomes Cardim, implementada em 1908 pelo Decreto nº 108, que estabeleceu a *Gymnastica* como componente curricular obrigatório no Ensino Primário.

A medida estava alinhada às transformações educacionais em curso no Brasil, que visavam moldar o cidadão republicano por meio da escolarização, incluindo a normatização das práticas corporais. No cenário capixaba, a introdução da *Gymnastica* esteve diretamente vinculada ao projeto de modernização da cidade de Vitória, associando-se a um conjunto de medidas voltadas à reconfiguração do espaço urbano e da própria sociedade.

No entanto, a implementação desse componente não ocorreu sem tensões e disputas. Registros da imprensa da época revelam uma forte crítica à formação dos instrutores e à condução das práticas ginásticas, apontando que muitos professores careciam de treinamento adequado. O jornal *O Estado do Espírito Santo* (1911) questionava a legitimidade dos profissionais responsáveis pelo ensino da *Gymnastica*, afirmando que “nenhum d’elles é capaz de explicar o porque de um movimento; nem um só d’entre elles frequentou ou pelo menos assistiu a uma aula de *gymnastica*”.

Essas críticas refletem embates políticos e ideológicos mais amplos, nos quais a educação física era tanto uma ferramenta de disciplinamento quanto um campo de disputas sobre sua condução e finalidade.

“Grave!”: a Gymnastica como componente curricular obrigatório

A Reforma Gomes Cardim foi realizada na instrução pública do estado do Espírito Santo, no ano de 1908, pelo paulista que lhe atribuiu o nome, a convite do presidente do estado, à época. Esta foi implementada por meio do Decreto nº 108 de 4 de julho de 1908 que, dentre outras providências, criava os grupos escolares; e, por meio de mudanças no currículo de formação do ensino primário, introduzia a Gymnastica como componente curricular obrigatório.

Essa introdução foi acompanhada da realização de um Congresso Pedagógico que buscava expor diferentes facetas da reforma educacional. O Congresso Pedagógico conduzido por Gomes Cardim foi realizado entre os dias 05/06/1909 e 14/06/1909, contando com a presença de diversos atores da escolarização capixaba do período, inclusive que atuavam no interior do estado do ES.

Chama a atenção o registro das palavras iniciais utilizadas por Gomes Cardim para defender a utilização do método analítico no estado, evocando a relevância de pensar a infância capixaba como “infância da pátria brasileira”, fornecendo indícios de uma questão essencial que atravessaria as mudanças em curso no currículo de escolarização, sobretudo do Ensino Primário. Na fala de Deocleciano Nunes de Oliveira, realizada em 09/06/1909, é possível identificar o foco dado ao patriotismo no evento, por meio da afirmação de que

O amor da Pátria deve ser mais forte que a ambição humana! Immortal, eterno e imperecível, deve sobreviver á própria morte dos corações que o guardam com fervor, passar de geração á geração como um legado precioso, arca santa onde repousam os mais caros e puros ahelos de nacionalidade, fogo sagrado incessantemente velado para que jamais se extinga! (Oliveira, 1909, p. 23-24).

O fomento do Congresso Pedagógico é destacado por Bonatto (2005) como um dos espaços-tempos destinado a discutir o exercício da docência e o projeto de educação que se pretendia fomentar, em uma perspectiva bastante pragmática e operacional. Inclusive, houve direcionamento das falas dos professores de modo arquitetado para que a proposta de Cardim fosse tematizada com o mínimo de possibilidade para escapar à proposta. O intuito era destacar e incentivar o método analítico intuitivo no processo de escolarização.

Apesar das tentativas de cerceamento, Bonatto (2005) chama a atenção para a fala da professora do interior, Camilla Rios Motta, que abordava, ainda que de modo tímido, o lugar da mulher no modelo social vigente, bem como as discrepâncias presentes entre os contextos da capital e do interior. Em que pese o tom de reivindicação da professora,

[...] Pelas conferências, pelos trabalhos paralelos e pela pompa dada ao acontecimento, com cobertura completa do Diário da Manhã e presença do Presidente do Estado, [o Congresso Pedagógico] parecia muito mais um dos teatrais eventos peculiares ao estilo de Cardim, que apreciava a organização de aparições suntuosas, do que um encontro destinado a promover entre os professores um amplo debate sobre as práticas, anseios e formação desses profissionais no Estado [...] (Bonatto, 2005,p. 56-57).

As questões de gênero, portanto, são também focalizadas nas análises de Bonatto (2005), as quais dialogam com o cenário explorado por Alvarenga (2018), exemplificando o cenário de disputas com o caso da professora Joanna Passos, o qual se constituiu como ponto focal da produção de Bezerra (2019).

Não se pode perder de vista, entretanto, que a referida reforma educacional se materializa no contexto de difusão dos ideais e práticas republicanos operados no fim do século XIX e início do século XX no Brasil, tendo chegado de modo tardio no estado do ES, sobretudo em função das condições materiais de que dispunha o Estado para materializar as reformas (arquitetônicas, infraestruturais, sanitárias, educacionais, na urbe, etc.) necessárias.

Nessa direção, Locatelli (2012) tomou como objeto de análise os projetos arquitetônicos dos grupos escolares, no período de 1908 a 1930, de modo a articular sua construção como forma de materializar um projeto pedagógico republicano, em diálogo com as reformas curriculares. A pesquisadora faz essa análise de modo concatenado com o cenário nacional de fortalecimento dos ideais republicanos, reconhecendo as influências de outros estados no contexto capixaba.

A reforma curricular empreendida por Gomes Cardim, em 1908, é um exemplo claro da influência política catalisada pela circulação de Jerônimo Monteiro pelo estado de São Paulo, destacado como “[...] centro irradiador da educação republicana no início do século XX [...]” (Locatelli, 2012, p. 20).

Locatelli (2012) chama a atenção, entretanto, para o movimento de apropriação que se operou no Espírito Santo, no sentido de que essa influência não se deu de modo a transpor pura e simplesmente ideias e estruturas para o cenário capixaba, na medida em que o contexto local era marcado por diversas particularidades e especificidades como, por exemplo, as condições materiais de que dispunha o estado para produzir as reformas arquitetônicas, a operacionalização de determinado modelo curricular, dentre diversos outros aspectos.

Ainda no que se refere à dimensão discursiva do Congresso Pedagógico, o uso de expressões como “imortal, eterno e imperecível” evidencia a tentativa de consolidar o patriotismo como um valor absoluto e inquestionável, a ser transmitido de geração a geração, como um “legado precioso”. A analogia com a arca santa e o fogo sagrado, símbolos associados ao divino e ao intocável, sugere que o amor à pátria deveria ser preservado com devoção, reforçando a ideia de que a identidade nacional era algo a ser continuamente cultivado e protegido.

O trecho não apenas reafirma a importância atribuída ao patriotismo na formação escolar do início do século XX, mas também revela como os discursos nacionalistas eram instrumentalizados para moldar sensibilidades e comportamentos. A exaltação do amor à pátria como um valor supremo, acima das ambições individuais, evidencia o esforço do Estado em construir uma identidade nacional homogênea, na qual a escola funcionava como um dos principais mecanismos de propagação desse ideal.

A exaltação do amor à pátria também se materializava em práticas educativas voltadas para a constituição de um corpo disciplinado, alinhado aos ideais republicanos. Nesse sentido, a inserção da *Gymnastica* no currículo escolar não representava apenas uma preocupação com o desenvolvimento físico dos alunos, mas funcionava como um dispositivo pedagógico eficaz na educação dos sentidos e sensibilidades desejáveis ao cidadão republicano.

A *Ginástica*, introduzida como componente curricular obrigatório na reforma educacional de Gomes Cardim (1908), estava alinhada aos discursos higienistas e eugenistas que permeavam a educação republicana. Mais do que uma preocupação com o desenvolvimento físico dos alunos, sua

inserção refletia uma tentativa de moldar corpos disciplinados e interiorizar valores considerados fundamentais para a formação do cidadão republicano.

No cenário da educação dos sentidos e da tentativa de disciplinarização dos corpos, a implantação da Ginástica se apresentava como estratégia pedagógica para a consolidação de uma estética do progresso e do civismo.

Rui Barbosa (1946), em seu parecer sobre a educação física, defendeu que a escolarização deveria abranger não apenas a instrução intelectual, mas também a educação moral e física. Afirmava que um corpo forte e disciplinado era condição essencial para a construção da cidadania, estabelecendo um diálogo direto com as práticas pedagógicas que incorporavam a Ginástica como mecanismo de formação do sujeito republicano. Considerava que o desenvolvimento do corpo era fundamental para a construção da cidadania.

Essa concepção se relaciona diretamente com as transformações urbanas e educacionais do início do século XX. A Ginástica, em seu caráter obrigatório, transcendia a esfera escolar e se consolidava como parte de um projeto mais amplo de civilização dos sujeitos republicanos. Entretanto, a normatização da Ginástica encontrou barreiras e resistências nas dinâmicas escolares e nas relações cotidianas entre professores e alunos.

Relatos de jornais da época registram críticas sobre os métodos adotados, a formação considerada inadequada dos instrutores e os riscos físicos associados à prática. Esses elementos demonstram que a tentativa de disciplinarização dos corpos por meio da ginástica (sueca) não ocorreu sem tensões, evidenciando a complexidade do projeto republicano de educação dos sentidos e o jogo de relações de força da forja das sensibilidades.

Se para Barbosa (1946) a educação física deveria integrar-se ao cotidiano dos indivíduos, a urbanização de Vitória operava como um dispositivo de controle e disciplinamento. A higiene, a moralidade e a ordem eram reforçadas por mecanismos como a presença ostensiva da Guarda Municipal e a realização de desfiles de batalhões infantis, conferindo à cidade um caráter educativo e disciplinador.

A organização dos espaços públicos, a higiene e a moralidade eram reforçadas por meio da performance da ordem e da disciplina corporal. A presença ostensiva da Guarda Municipal e a realização de desfiles de batalhões infantis simbolizavam essa teatralização do poder e a construção de uma sensibilização republicana. Dessa forma, a Ginástica, longe de ser um elemento meramente técnico, emergiu como um dispositivo político e pedagógico.

A educação do corpo na Vitória republicana do início do século XX se inscrevia em um projeto mais amplo de conformação das sensibilidades e modelação da modernidade capixaba, atravessado por disputas e resistências que revelam a dinamicidade dos processos educativos e urbanos.

Ao mesmo tempo em que reforçava o compromisso patriótico, a *Gymnastica* articulava saúde, disciplina e moralidade, configurando-se como um componente estratégico na formação integral pretendida para a juventude no início do século XX.

Tal associação entre estética, saúde e disciplina é abordada por Vigarello (2006), ao apontar que o corpo, no início do século XX, passou a ser concebido como objeto de técnicas diversas voltadas à sua modelação, eficiência e exibição funcional. Trata-se de uma beleza que se construía menos por contemplação e mais por desempenho, integrando-se ao ideal moderno de produtividade e controle.

A ginástica, nesse contexto, não era apenas exercício físico, mas também prática de conformação estética e moral dos corpos, em sintonia com o projeto republicano de ordenamento sensível da cidade e dos sujeitos.

A *Gymnastica* passa a estar no Ensino Primário como componente obrigatório, representando importante elemento para pensar a educação do indivíduo (saudável), além de estar vinculada a questões disciplinares.

Enquanto o Decreto nº 108 de 1908 instituiu a criação da Escola Modelo e incluiu a *Gymnastica* como componente curricular obrigatório, o Decreto nº 114 de 1908 continha o programa das matérias do curso secundário da Escola Normal do Estado. Na seção "Pedagogia, Direção de escolas e Educação Cívica", constam no tópico II "Analyse Pedagogica", os seguintes itens:

II ANALISE PEDAGOGICA

[...]

- 4°. Das aptidões physicas e fins da Educação Cívica.
- 5°. O meio physico – Hygiene escolar.
- 6°. Processos de educação physica.
- 7°. Methodo da educação physica.
- 8°. Da educação intellectual.
- 9°. Aptidões intellectuaes, fins da educação intellectual.
- 10°. Especies da educação intellectual e da educação technica.
- 11°. A educação esthetica.
- 12°. A educação scientifica.
- 13°. Processos da educação intellectual.
- 14°. Methodo da educação intellectual.
- 15°. Da educação moral.
- 16°. Aptidões moraes e fim da educação moral.
- 17°. O meio moral.
- 18°. Processos da educação moral.
- 19°. Methodo da educação moral.
- 20°. Da Educação Cívica, em especial: vantagens desta educação.
- 21°. Caracteres que se devem dar à educação cívica.
- 22°. Idéas que a Educação Cívica deve propagar e sentimentos que deve inspirar.
- 23°. Methodo que a educação cívica comporta.

(DIÁRIO DA MANHÃ, 1908, p. 1)

O decreto reflete a incorporação de concepções pedagógicas, higienistas e cívicas que atravessavam a organização da escolarização no início do século XX. O documento evidencia a centralidade da educação do corpo (por meio da educação dos sentidos e sensibilidades) no processo de formação docente, sem, no entanto, configurar um componente curricular específico.

A cidade planejada propõe uma educação estética, da sensibilidade para o que é belo, haja vista a educação esthetica anunciada. Educar para o belo é essencial, na materialização de um plano de embelezamento para a Vitória republicana.

Nesse cenário, educar para o belo transcende o sentido meramente contemplativo, assumindo um papel ativo na formação das sensibilidades. O indivíduo deveria aprender a reconhecer, valorizar e cultivar uma estética republicana que fosse coerente com os novos padrões urbanos e sociais da cidade modernizada.

As futuras professoras, ao serem formadas segundo essas premissas, tornavam-se agentes multiplicadores desses valores nas escolas, potencializando o alcance das reformas urbanas e sanitárias, na medida em que estariam aptos a educar as novas gerações segundo as sensibilidades republicanas desejadas. A articulação desses elementos evidencia, portanto, como a educação dos sentidos não se restringia às práticas escolares tradicionais, mas estava incorporada ao próprio tecido urbano, transformando a cidade em espaço pedagógico fundamental na formação de indivíduos e sensibilidades republicanas.

A presença de tópicos voltados à higiene escolar, às aptidões físicas e aos métodos de educação física dentro da seção "Pedagogia, Direção de Escolas e Educação Cívica" indica que a formação docente deveria integrar conhecimentos sobre o corpo, sua saúde e seu desenvolvimento, articulados às preocupações mais amplas com a conformação dos futuros cidadãos (republicanos).

A organização dos tópicos no documento sugere que a educação dos sentidos e sensibilidades era concebida como parte de um projeto mais amplo de formação dos indivíduos, permeado por discursos médicos, pedagógicos e morais.

O item 4º, que relaciona as aptidões físicas aos fins da educação cívica, evidencia que o corpo não era tratado de forma isolada, mas inserido em uma lógica educacional que articulava higiene, moralidade e civilidade. Esse aspecto se intensifica nos itens 5º a 7º, que mencionam o meio físico, a higiene escolar e os processos e métodos da educação física.

A ênfase na higiene escolar reflete uma preocupação recorrente da época, baseada nas recomendações médicas que associavam a salubridade dos espaços escolares à formação saudável dos alunos. O destaque para os processos e métodos da educação física, por sua vez, sugere que a escolarização do corpo deveria seguir prescrições organizadas e sistemáticas, inspiradas em manuais médicos e pedagógicos da época, dentre os quais se destacam as ideias difundidas por Rui Barbosa, ao traduzir "A lição de coisas", de Norman Callkins.

O destaque para os preceitos e orientações higiênicas também parece ser marcante no processo de urbanização e de implementação de práticas pedagógicas que extrapolam o processo de escolarização e se encampam no espaço urbano.

Monticelli (2014) identifica no ano de 1909 um importante ponto de inflexão para pensar o processo de exclusão de crianças e jovens do processo de escolarização e destaca a adoção do método analítico intuitivo.

A pesquisadora defende que

[...] nas primeiras décadas do século XX, no Estado do Espírito Santo, o meio social e a escola da sociedade primou pela ordem, mais do que pela educabilidade. Os ensinamentos transmitidos pela Escola Normal, por meio do uso do método intuitivo, corroboram para que as práticas de ensino pela educação popular excluíssem segmentos e grupos sociais. Por sua vez, a Escola Normal internalizou os princípios civilizadores da época, cujos preceitos morais, intelectuais e físicos serviram para ensinar de acordo com a economia visada para o futuro. Por extensão, sem o uso da sua autonomia, a educação popular não se adequou à realidade de boa parte das crianças e jovens filhos de ex-escravizados e de colonos saídos do campo, que se aventuravam a habitar as zonas urbanas (Monticelli, 2014, p. 77).

Das análises de Monticelli (2014) depreende-se, portanto, a importante constatação de que, muito embora a educação pretendida para o indivíduo republicano fosse ampliada e reforçada com a

implementação dos Grupos Escolares e da Escola Normal, esse dispositivo estratégico não foi igualmente acessado pelas crianças e jovens capixabas, circunscrevendo a educação dos sentidos e sensibilidades, portanto, em espaços outros que não (apenas) os das instituições escolares.

A sequência dos itens presentes no Decreto 108 também revela uma hierarquia de saberes, na qual a educação do corpo antecede a educação intelectual, moral e estética. Essa estrutura indica que o desenvolvimento físico era visto como uma base para a formação integral do indivíduo, em conformidade com princípios que circulavam amplamente entre educadores e médicos do período. Essa perspectiva estava alinhada às concepções que viam no aprimoramento das condições físicas um fator essencial para a aprendizagem e para a constituição de sujeitos capazes de contribuir para a sociedade republicana.

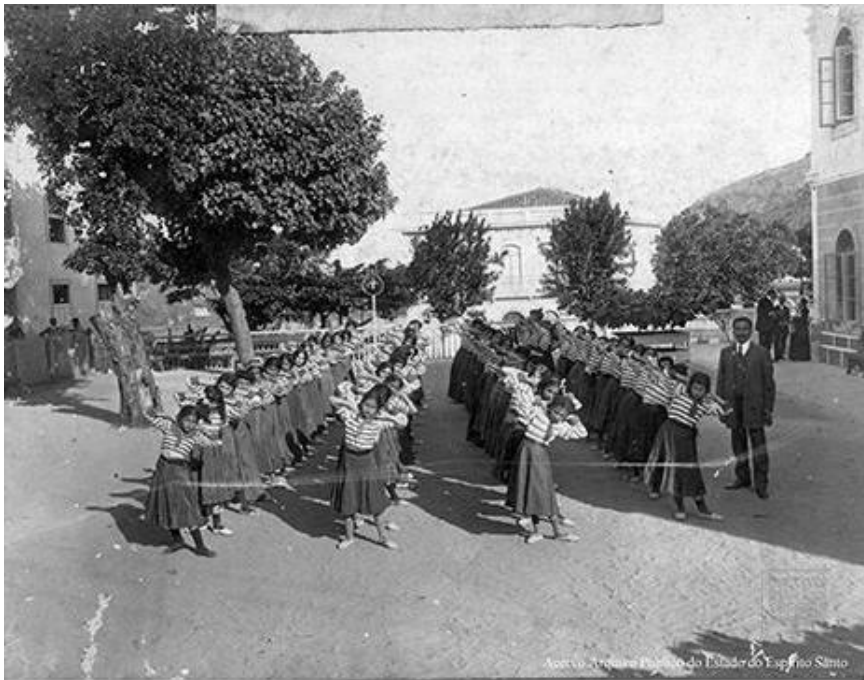
Além disso, a presença da educação cívica na estrutura curricular reforça a ideia de que a formação dos professores não se limitava à mediação de conteúdos de cunho técnico-científico, mas visava à conformação de condutas e sensibilidades. Os itens 20º a 23º, que detalham os fins, processos e métodos da educação cívica, evidenciam uma orientação normativa sobre os valores e ideias que deveriam ser difundidos pela escola.

A articulação entre educação cívica e educação dos sentidos e das sensibilidades indica que a escolarização não se restringia à dimensão intelectual, mas envolvia um projeto pedagógico e político de modelação dos sujeitos, no qual o corpo, suas capacidades e sua higiene eram componentes fundamentais.

Dessa forma, a análise do Decreto nº 114 de 1908 permite compreender que a educação do corpo, por meio dos sentidos e das sensibilidades, não estava organizada como um campo de conhecimento autônomo ou como um componente curricular específico, mas integrava um conjunto de preocupações médicas, pedagógicas e morais que permeavam a formação docente. Igualmente, não é possível restringir à instituição escolar a ao processo de escolarização a responsabilidade pela educação dos sentidos e sensibilidades.

O documento revela que a escolarização dos corpos e, portanto, dos sentidos, estava articulada a um projeto maior de conformação da sociedade, no qual a higiene, a disciplina e a preparação física eram concebidas como elementos essenciais para a formação dos cidadãos da República.

Figura 1 - Grupo de alunas da Escola Normal em exercício de ginástica sueca (1912)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)

O registro da aula de *Gymnastica* destinada às meninas auxilia, por meio da narrativa que se buscava materializar na imagem, o fortalecimento de uma representação de ordem e certa uniformidade, com posicionamento minucioso dos atores e atrizes do teatro orquestrado para a composição da narrativa em forma de fotografia.

Esse componente curricular é comumente associado como importante elemento de higienização, muito embora não seja possível pensá-lo de modo desarticulado do conjunto de mudanças que compunham o Plano Uniforme de Melhoramentos e Embellezamento de Victoria.

Nessa direção, chama a atenção a presença de Deocleciano Nunes de Oliveira na imagem. O mesmo que produziu fala em destaque no Congresso Pedagógico, no ano de 1909, enfatizando a noção de que, estudada à luz de princípios que defende, a história deixa de ser uma crônica de batalhas e de biografias, sendo os personagens produtos da época e do meio em que labutam.

Há, no entanto, divergência da narrativa materializada na imagem ao observar o calçado (ou sua cor divergente das demais) da menina situada na primeira posição da fila mais à esquerda da imagem, destoando do código de vestimenta pretendido. Também é possível identificar ruptura do tom de naturalidade, ordem e (auto)controle na realização dos movimentos ginásticos ao identificar as expressões de desconforto de algumas alunas, bem como a vigia da postura corporal, por meio do olhar da menina que ocupa a segunda posição da fila mais à esquerda da imagem, direcionado aos próprios pés .

Disso não decorre inferir que não houvesse tentativa de tensionar a educação do corpo, por meio da educação dos sentidos e das sensibilidades; mas incorre em reconhecer que existem brechas nos documentos que permitem questionar o apagamento das individualidades, em nome do progresso e da República, por meio da utilização de movimentações táticas (Certeau, 1994).

O uso de estratégias teatrocráticas parece ter sido marca importante, não apenas das ações de Gomes Cardim, como do *modus operandi* da gestão de Jerônimo Monteiro. Esse ideal se reafirma também nos espaços de escolarização e em eventos cívicos produzidos, conforme já sinalizado .

Campos (2016, p. 56) corrobora com essa percepção, ao enfatizar que

[...] parece-nos que o [...] esforço [de Jerônimo Monteiro] em verbalizar e registrar textos escritos e imagéticos sobre os seus “feitos” foram intencionalmente produzidos ao longo de sua gestão. Ele assumiria para si, no âmbito do drama republicano local, o personagem do político servil incansável, incorruptível e vigilante aos gastos públicos.

Apoiando a narrativa de Campos (2016), Costa (2016) identifica questões importantes a respeito daquilo que é anunciado e registrado no relatório que Jerônimo Monteiro encaminha à Assembléia Legislativa, ao fim de seu mandato como presidente do Espírito Santo, em contraste com o que se manifesta por meio das imagens nele representadas.

Essa escola republicana apresentada nas imagens não parece avançar necessariamente na mesma direção do que o texto nos diz, ou pelo menos, a velocidade imprimida ao processo não é a mesma para todos os segmentos da sociedade. As fotografias ilustram a mensagem de governo com o intuito de atestar as afirmações do presidente. Mas nem tudo que é dito com palavras está demonstrado com imagens. A escolarização do imigrante por exemplo, não está presente nas fotografias. Apesar de no texto, ele se mostrar deveras preocupado com a questão da nacionalização do ensino e inclusive ter destinado equipamentos às escolas das regiões que estavam sendo maciçamente colonizadas por imigrantes europeus, estes não aparecem nas imagens (Costa, 2016, p. 157).

Muito embora a *Gymnastica* tenha sido apresentada como meio de educar os sentidos e de forjar sensibilidades do sujeito republicano, as narrativas sobre esse componente curricular e seu papel nesse processo formativo demonstram uma percepção não consensual. O jornal “O Estado do Espírito Santo” toma como referência um estudante que fraturou o crânio durante as aulas desse componente curricular:

Grave !

Como fructo excellente e bem sazonado da instrucção modelar instituição pelo benemerito sr. conde romano lá se acha, na rua Treze de Maio d’esta capital, um pobre menino com o cranio fracturado e cujo trespasse, ao que nos asseveraram, está para breve.

Essa infeliz creança segundo tambem nos affirmaram, fazia exercicio de trapezio na aula de gymnastica da escola modelo, quando do mesmo se deprendeu, colhendo da experiencia o tristissimo resultado que ha de pesar sobre a consciencia dos que pensam que instruir e educar é fazer programmnas apparatusos e encomendar preconices aos orgãos de publicidade.

É, portanto, aquelle menino uma victima do excellento methodo de ensino que a Imprensa, pela penna do sr. Arectaldo e outros que taes, vive a incensar, como se não nos fosse dado conhecer o pandemonio que por ahi vae.

Enfim, registremos mais esta belleza !

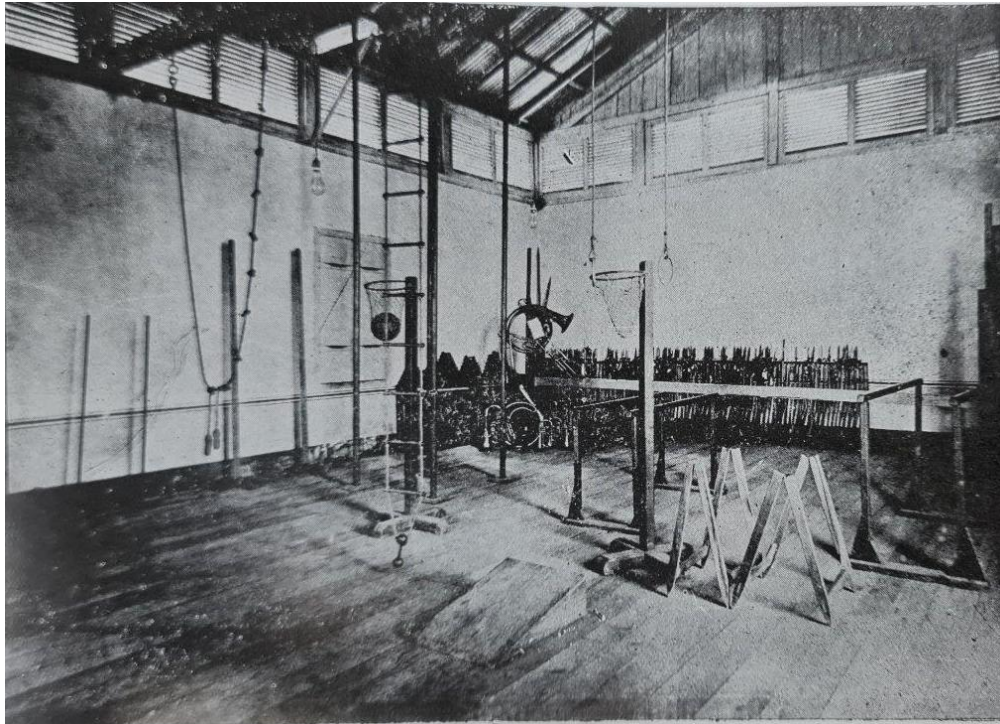
(O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1911a, p. 2).

A publicação, apresenta uma crítica mordaz à introdução da *Gymnastica* no currículo escolar, destoando dos discursos predominantes da época, que exaltavam essa prática como um elemento essencial na formação do cidadão republicano. O tom irônico e sarcástico adotado pelo autor do texto evidencia uma postura de contestação ao modelo educacional então vigente, sugerindo que a

modernização do ensino, em vez de trazer benefícios concretos, resultava em situações desastrosas, como o acidente relatado.

A introdução de práticas de ginástica nas escolas públicas no início do século XX não foi um processo linear ou consensual, mas esteve envolvida em intensos debates e disputas simbólicas sobre os rumos da educação nacional. Em um contexto de modernização, influenciado pelas ideias higienistas e pelos ideais civilizatórios, o corpo se tornou um objeto central das políticas educacionais e sanitárias, sendo visto tanto como fonte de regeneração moral e física quanto como um campo de possíveis desvios e fragilidades.

Figura 2 - Sala de gymnastica das Escolas Normal e Modelo, em 1909



Fonte: Monteiro (1913).

A fotografia da sala de ginástica oferece um vislumbre valioso do ambiente e dos equipamentos utilizados nas aulas de ginástica no início do século XX, no contexto das reformas educacionais (brasileiras).

A imagem revela um amplo salão com pé-direito alto, característico de construções institucionais da época. As paredes claras contrastam com o piso de madeira, que parece ser composto por tábuas corridas. A iluminação natural, filtrada por janelas com venezianas na parte superior das paredes, sugere uma preocupação com a ventilação e a salubridade do espaço, alinhada aos preceitos higienistas que influenciavam a educação dos corpos daquele período.

O que mais chama a atenção, no entanto, é a variedade de aparelhos de ginástica dispostos no salão. À esquerda, observam-se as tradicionais espaldares, cordas penduradas no teto e uma escada vertical, todos indicativos de exercícios de força, suspensão e escalada. Argolas penduradas, também presentes, eram utilizadas para exercícios de força e equilíbrio, demandando grande controle corporal. São identificadas também duas cestas, uma com uma bola dentro.

No fundo da sala, uma longa fileira de objetos alongados e pontiagudos, apoiados na parede, sugere a presença de clavas ou maças, utilizadas em exercícios rítmicos e de coordenação motora,

elementos comuns na ginástica sueca. À direita, cavaletes de madeira de diferentes alturas e formatos indicam a prática de exercícios de salto e apoio, em conjunto com uma plataforma que se assemelha a um trampolim.

A ausência de figuras humanas na imagem permite concentrar a atenção nos equipamentos e na organização do espaço, que representava um avanço significativo para a época, sinalizando a incorporação da cultura física ao currículo escolar.

A fotografia, portanto, não é apenas um registro de um espaço físico, mas um documento visual que materializa os ideais e as práticas da educação física em um período de fortalecimento do regime republicano.

Ela evidencia a influência dos métodos ginásticos europeus (especialmente o sueco, com sua ênfase na precisão e no controle dos movimentos) e revela o esforço de modernização do ensino, que buscava formar corpos saudáveis e disciplinados, considerados essenciais para o progresso da nação.

Embora não retrate especificamente o trapézio mencionado na publicação sobre o acidente do aluno, a imagem oferece uma visualização crucial dos riscos inerentes às aulas de *Gymnastica* da época.

As argolas suspensas, as cordas e a estrutura central complexa, todos visíveis na fotografia, apresentam, por si só, possibilidades de queda de altura considerável. A ausência de aparato de segurança visível, como colchões ou redes, intensifica a percepção do perigo. Ao mesmo tempo, a imagem, sugere as limitações e os desafios enfrentados na implementação dessas práticas, corroborando, de certa forma, as críticas presentes nos jornais da época.

Soma-se a noção de que a publicação veiculada no jornal é uma tática para subverter a imagem que o reformador cria para si e a sua política de modernização dos processos de escolarização e da sociedade. A publicação busca construir a imagem de que as aulas de *Gymnastica* (como um dos símbolos das reformas de Jerônimo Monteiro) eram algo feito sem segurança, representando perigo para as crianças e para os cidadãos do Espírito Santo.

No Brasil, as reformas educacionais promovidas nesse período buscavam incorporar práticas corporais organizadas que dialogavam com modelos internacionais, como a ginástica sueca, difundida por seu caráter metódico e sistemático. Essas práticas eram associadas à ideia de formação de corpos disciplinados e saudáveis, alinhados a projetos de fortalecimento da nação. Entretanto, as reformas não foram isentas de críticas. Os opositores das políticas de modernização questionavam tanto a estrutura das práticas quanto as condições em que eram aplicadas.

As publicações do jornal *O Estado do Espírito Santo* exemplificam as tensões que envolveram esse processo e revelam um cenário de disputas ideológicas sobre a legitimidade das intervenções escolares. Mais do que simples relatos de práticas educacionais, os textos evidenciam discursos que articulavam o imaginário social em torno da educação, expondo as fragilidades e contradições das reformas em curso.

Nesse sentido, as críticas às práticas corporais nas escolas não se limitavam a apontar acidentes ou problemas administrativos, mas englobavam um embate mais amplo sobre os papéis atribuídos ao corpo, ao espaço escolar e às funções dos professores.

Um exemplo emblemático dessa crítica aparece na narrativa publicada em 1911, que descreve com indignação a queda de um aluno durante exercícios no trapézio: “[...] um pobre menino com o crânio fracturado e cujo trespasse, ao que nos asseveraram, está para breve” (*O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*, 1911a, p. 2). O uso de um tom dramático e sensacionalista evidencia o esforço de construir

uma imagem de negligência por parte das autoridades educacionais. O incidente, tratado como uma tragédia iminente, é mobilizado para reforçar a percepção de que as práticas de ginástica eram impróprias e perigosas, sobretudo quando aplicadas sem supervisão qualificada.

Além disso, o documento denuncia o que os críticos chamavam de "teatralidade" das reformas educacionais, destacando a existência de "programas exclusivamente aparatosos" (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1911a, p. 2). Essa expressão revela uma percepção de que as práticas escolares serviam mais para exibir um progresso simbólico do que para efetivamente promover melhorias no processo de escolarização. Esse tipo de crítica se alinha ao contexto mais amplo das discussões sobre a modernidade, em que a exibição pública de exercícios físicos era utilizada como uma forma de propaganda política.

Ao adotar um tom sarcástico, o jornal expõe as contradições entre o discurso oficial e a realidade percebida. Enquanto as reformas eram apresentadas como um projeto civilizatório e regenerador, as práticas cotidianas nas escolas eram descritas pelos críticos como desorganizadas e ineficazes. Desse modo, evidencia-se um embate ideológico em que os opositores das reformas educacionais buscavam desconstruir a narrativa de modernização ao apontar suas falhas e perigos.

A utilização da expressão "fructo excelente e bem sazonado", logo na abertura do texto, já indica um juízo crítico acerca da implementação da *Gymnastica*, ironizando a noção de progresso e avanço educativo promovida pelas autoridades. O evento em que um aluno sofreu uma fratura craniana durante um exercício de trapézio, é utilizado como símbolo dos ditos equívocos da reforma educacional, questionando-se a real finalidade e a eficácia do ensino da ginástica sueca na escola.

A crítica se aprofunda ao apontar que a introdução da *Gymnastica* não se fundamentava em uma preocupação autêntica com a formação dos estudantes, mas antes em um desejo de criar uma imagem pública positiva do sistema de ensino, por meio de ações espetaculares e propagandísticas, típicas do cenário teatrocrático (Balandier, 1982).

Essa perspectiva se expressa na afirmação de que "instruir e educar é fazer *programmnas* aparatosos e encomendar preconices aos órgãos de publicidade", sinalizando um suposto alinhamento entre os gestores da educação e determinados setores da imprensa, que promoviam a *Gymnastica* como uma inovação pedagógica.

Ao longo do texto, a imprensa é acusada de agir como um veículo de legitimação do projeto educacional, ignorando as dificuldades e contradições envolvidas na implementação dessa disciplina. A menção a Arectaldo reforça essa denúncia, indicando que a exaltação do novo modelo de ensino físico não passava de um artifício retórico, desconectado das condições reais das escolas.

Outro ponto relevante do documento é a caracterização da escola como um ambiente de desordem, expresso na passagem "[...] como se não nos fosse dado conhecer o pandemonio que por ahi vae". Essa afirmação contrasta com a imagem de disciplina e progresso associada à modernização educacional, sugerindo que, na prática, a escola modelo era marcada por improvisos, falhas administrativas e falta de segurança para os alunos.

Ao destacar esse aspecto, o texto desafia a visão oficial da educação como um espaço de controle e aprimoramento das condutas juvenis, argumentando que as práticas pedagógicas implementadas resultavam, na verdade, em uma experiência caótica e arriscada.

Além de questionar a organização escolar, a crítica publicada no jornal insere-se em um debate mais amplo sobre os limites e as contradições das reformas educacionais do início do século XX.

O processo de introdução da gymnastica como componente curricular, portanto, não ocorreu sem resistência, sendo alvo de contestações como a registrada nesse documento. O episódio narrado evidencia a existência de diferentes perspectivas sobre a ginástica sueca nas escolas, demonstrando que sua implementação não foi aceita de maneira homogênea, mas atravessada por disputas e tensões.

A ocorrência do acidente serviu como maneira de reforçar algumas críticas que o periódico dirigia desde o ano anterior à presença da gymnastica na escola, questionando o consumo feito da ginástica sueca no cenário capixaba, conforme se observa na seguinte publicação:

O ensino da gymnastica, tal como é applicado entre nós, constitue antes perenne origem de deformações e depauperamento, que base de uma geração de fortes, destinados ao desenvolvimento da nossa raquítica raça.

Não sou, em absoluto, adverso da cultura physica, antes me bato para que se torne ella uma verdade, um instituto carinhoso; mas, e exactamente por isso, é que a quero na expressão positiva de sua força, beneficiando a mancheias a nação, tornada por ella em sustentação da decendencia latina, que assim se perpetuará na gracilidade de suas linhas, na ductilidade de seu espirito, na bellesa de sua linguagem, na immorredoura pureza de suas manifestações artisticas.

Nos paizes que marcham á testa do movimento pelo culto da educação physica, os governos se preocupam primordialmente d'aquelles que são encarregados de ministrall-a, escolhendo-os entre especialistas, no seio dos que d'ella fazem arduo magisterio, responsabilizando-os pelos maleficios resultantes da má applicação dos ensinamentos. E nem se diga que assim não deva ser, pois é sabido que a má direcção da gymnastica traz funestas consequencias, transforma os proventos em perspectiva, no envelhecimento da organização, dest'arte minada por lesões precoces.

Se tal observação elucida sobre o perigo decorrente da má orientação da gymnastica, applicada em geral, que se não ha de dizer ao se particularisar esta mesma applicação ao sexo feminino mais sujeito a deformações? Assim, porém, não entendem os nossos grandiloquos pedagogos e, senão, olhes para os professores de gymnastica que teem [trecho ilegível] lustrado pelos nossos cursos! Nenhum d'elles é capaz de explicar o porque de um movimento; nem um só d'entre elles frequentou ou pelo menos assistiu a uma aula de gymnastica; entretanto, por meio de compendios baratos, após simples e mal digerida leitura, eil-os a leccionar movimentos de Pyrrhus, exercicios suecos (!) exercicios com applicação de apparatus, exercicios au grand air... tudo, tudo; os pobres que d'aquillo nada pecam.

Acrescentes a esse menosprezo pela saude dos nossos filhos, o não aparelhamento existente para o bom andamento da cultura physica, a ignorancia da taboa de Quintillet — imprescindivel n'uma escola de moças já feitas e que, obrigadas por um regulamento carnavalesco, se entregam, infelizes, a deformações certas que lhes trarão males indescriveis, e terás, meu X, o spectaculo do que, vai de perfectibilidade por essa Babel, que as gaitas de folhas do governo não se cansam de exaltar, as pedras de toque do descalabro reinante!

Até o proximo correio.

Inteiramente ao teu despôr.

LAURET JABURUNA

(O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 1-2)

Ambas as publicações compartilham uma crítica contundente à forma como a Gymnastica estava sendo implementada no currículo escolar, embora adotem estratégias discursivas distintas. Ambas sinalizam precariedade na formação dos professores e falta de estrutura (idealizada) para a prática e os riscos à saúde dos estudantes, mas enquanto a publicação de 1910 se aprofunda em uma crítica técnica e

argumentativa, a de 1911 usa um tom mais irônico e mordaz, enfatizando um caso específico de acidente para evidenciar falhas do/no sistema educacional.

As publicações possuem como elemento aglutinador a crítica e reafirmação das falhas na implementação da *Gymnastica*, especialmente no que diz respeito à capacitação dos professores e à segurança dos alunos. O documento de 1910 constrói uma crítica mais ampla e fundamentada, questionando a lógica da reforma educacional como um todo, enquanto o de 1911 utiliza um evento específico para ilustrar os perigos da prática.

Juntos, os documentos revelam uma tensão entre os discursos oficiais, que promoviam a *Gymnastica* como um elemento essencial da modernização educacional, e as vozes dissidentes, que alertavam para os riscos de sua aplicação desordenada.

Contudo, é importante considerar que essas críticas também carregavam elementos de um ideal pedagógico conservador, que reforçava a ideia de que a escola deveria ser um espaço de proteção e resguardo, longe das experiências "excessivamente modernas". Ao descrever as práticas de ginástica como um "programa carnavalesco", o discurso reforça a ideia de que a modernização educacional colocava as crianças em situações de vulnerabilidade, distanciando-se do ideal de uma educação cuidadosa e voltada à formação intelectual.

Enquanto os discursos institucionais promoviam essa prática como essencial para a formação moral e física da juventude, setores da sociedade – representados aqui pela crítica jornalística – a viam como um elemento de risco, desorganização e propaganda política. O acidente escolar relatado serviu como um argumento para questionar a legitimidade da reforma educacional, desafiando a visão otimista e progressista propagada pelas autoridades.

Assim, a escolarização da *gymnastica* se revela como um campo de disputa simbólica e material, no qual diferentes agentes – incluindo a imprensa, os gestores educacionais e a comunidade escolar – negociavam e contestavam os significados e os impactos dessas transformações.

As críticas presentes nas fontes não se limitam às práticas de ginástica sueca nas escolas, mas se estendem à formação dos instrutores e às suas capacidades pedagógicas. O discurso presente no jornal *O Estado do Espírito Santo* constrói uma narrativa que questiona a legitimidade e a competência dos profissionais responsáveis por ministrar as atividades de ginástica.

A referência a "compêndios baratos" e à falta de experiência dos professores reforça a ideia de que o ensino estava sendo conduzido de forma improvisada: "[...] nenhum d'elles é capaz de explicar o porque de um movimento; nem um só d'entre elles frequentou ou pelo menos assistiu a uma aula de *gymnastica*" (*O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*, 1911b, p. 1).

A narrativa jornalística também se apropriava dessa crítica para reforçar uma oposição política às lideranças que promoviam as reformas. Termos como "cursinho manqué" não apenas desqualificam os profissionais da educação, mas servem como metáforas de um projeto pedagógico que, aos olhos dos críticos, carecia de seriedade e organização.

De acordo com Roger Chartier (1991), o uso de linguagens metafóricas e pejorativas não é um simples recurso estilístico, mas um mecanismo de produção de sentido que molda as percepções sociais. Nesse caso, a deslegitimação dos instrutores e do currículo escolar contribui para reforçar a ideia de fracasso das reformas educacionais.

Não ha absolutamente paridade entre o caso da Noticia dirigida pelos pimpolhos do sr. conde de S. Jeronymo e o a que alludiram os Reparos de ante-hontem do Commercio: a differença de

um para outro é muito grande, tão grande como a que vae do café para o leite, maxime o leite falsificado.

Ali é o que nós vemos — um jornaleco dos meninos do fidalgo; mas aqui? Toda gente conhece o director d'esta folha, o responsavel por tudo quanto ella edita e sabe perfeitamente que não ha nenhuma relação de parentesco entre elle e a professora julgada insubstituivel, não por nós, mas pelo actual inspector do ensino publico, o sr. dr. Deocleciano Nunes de Oliveira.

Enquanto a seus meritos, se os proclamamos, é que elles realmente existem não são inventados pela lisonja e pela bajulação, hoje em dia as moedas de curso forçado cá pelos dominios do desventurado Espirito Santo.

Mas, o Commercio sentiu com o sr. conde o odioso do acto que removeu a professora citada e por isso vem agora com a excusa barata de que o mesmo acto não importava em perda de tempo e de vantagens.

Sim; era um bello presente de gregos, tão bóa cousa que a primeira professora escolhida não pôde acceitar a escolha.

Além de que, não só o acto foi acintoso, como uma senhora de certa idade não é para essa palhaçada, que a outra cousa não se reduz a tal cadeira de gymnastica.

O Commercio aproveitou, porém, a oportunidade para alludir aos elogios mutuos. Ora, quem falla!...

O Commercio, cujo director, per seu proprio punho, vive a elogiar-se e a elogiar até parentes que só agora os conhecemos através das noticias espectaculosas.

As duas folhas, a de sua propriedade, lá no sul e a outra cuja chefia lhe garante um pingue ordenado, ahi estão.

De resto o Commercio está no seu papel.

(O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1911b, p. 1)

Além da crítica à formação dos instrutores, o discurso também aborda as práticas corporais femininas sob uma perspectiva que reforça estereótipos de gênero e limita as possibilidades de atuação das mulheres nas escolas. O documento publicado em 1910 menciona a vulnerabilidade do corpo feminino às "deformações", associando-o a uma predisposição à fragilidade física e à função reprodutiva: "que se não ha de dizer ao se particularisar esta mesma applicação ao sexo feminino mais sujeito a deformações?" (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 1-2) .

Com base nas considerações de Góis Junior (2003), é possível perceber que as prescrições higienistas dirigidas às mulheres incorporavam um ideal de corpo reprodutivo e disciplinado, marcado por uma educação física moderada e cuidadosa.

A mulher, nesse discurso, deveria ser preparada para exercer seu papel de mãe e esposa, e as atividades físicas deveriam respeitar os limites impostos por essa função social . Essa narrativa evidencia uma articulação entre ciência, educação e moralidade, em que o cuidado com o corpo feminino se justifica como uma forma de preservação da "pureza" da raça e da manutenção de um ideal de feminilidade.

Um caso icônico a respeito da mulher (e professora) republicana é aquele analisado por Bezerra (2019), a respeito do modus operandi da vigilância e controle sobre o magistério e, principalmente, sobre as mulheres, no cenário do início do século XX .

Bezerra (2019) toma como objeto de investigação do caso de demissão da professora Joanna Passos, a qual atuava em Regência, na cidade de Cachoeiro de Santa Leopoldina. Dá visibilidade, sobretudo, ao movimento de resistência empreendido por Joanna, visto que "[...] ela foi única [dentre as pessoas demitidas da docência no período de governo de Jerônimo Monteiro] que, ao se mostrar

publicamente inconformada, no meio jornalístico, movimentou consideravelmente a imprensa e a população capixaba” (Bezerra, 2019, p. 18).

O caso de Joanna dá visibilidade ao jogo polemológico empreendido no contexto da docência em solo capixaba, no contexto da Primeira República, especialmente sob o movimento reformador capitaneado por Gomes Cardim, por encomenda de Jerônimo Monteiro. Nesse jogo, Bezerra (2019) encontra evidências que permitem perceber a configuração da docência e da profissionalidade docente orientada pela bússola do moralismo e/ou afinidades políticas .

Joanna produziu enfrentamento não apenas aos ataques feitos a sua honra, mas também ao imperativo moralista que se constituía como dispositivo de tentativa de ordenamento da docência que buscou utilizar a disseminação de informação caluniosa sobre a vida pessoal da referida professora para justificar sua demissão.

Joanna, conforme observa Bezerra (2019), tinha o hábito de externar seus afetos e participar da vida pública capixaba por meio de frequentes publicações na imprensa local, dentre as quais chama a atenção carta a veiculada pelo jornal “Estado do Espírito Santo”, em 15 de maio de 1909, no sentido de lançar luz sobre alguns dos enfrentamentos de Joanna em relação aos mecanismos empreendidos pelo Estado para afastá-la da docência.

A primeira alegação de ‘pouco caso para com a aula’, é simplesmente mentirosa, e não resiste ao primeiro exame que se fizer nos requerimentos mensaes, onde os ‘attestos’ do sr. Fiscal lá estão para provar que eu dava sempre as aulas com pontualidade; quanto à segunda, aguardo a resposta do sr. Cardim, para então lhe provar como se póde confundir um homem, que se esquece da posição que ocupa, para palmilhar um terreno ingrato. Resta a terceira. Chamou me de incompetente o sr. Alberico! Mas quem ha ahí que não conheça a competencia desse moço? Quem é que não sabe que esse rapaz não póde se desempenhar do cargo que occupa, pela simples razão de nada haver aprendido, como demonstrado ficou em concurso que prestou em uma repartição, e como ainda posso provar se elle quizer se sugeitar a um torneio comigo, sobre as materias exigidas para professorado! Feliz tem sido elle de não haver sido encarregado da confecção de um trabalho á vista dos collegas, porque então seria uma cousa interessante vê-se um Inspector Escolar sem saber fazer um simples ditado! A questão da incompetencia não para ahí; o sr. Gomes Cardim tem nella um bom quinhão. Se o illustrado e tão elevado Doutor (?) desejar que lhe aponte algumas das suas innumeradas [...] que tem plannado, quer em discursos, quer em escriptos, tornarei a emprensa, afim de mostrar ao povo como é que se quebra um ídolo com pés de barro e como se desmascara, com provas legaes e irrefutaveis, a quem vomitou insultos e improprios as faces de uma moça. Victoria, em 11-5-909. Joanna Passos (AO PUBLICO, 1909, apud Bezerra, 2019,p. 79-80).

Bezerra (2019) destaca o caráter moralista da demissão de Joanna, destacando o teor do inquérito instaurado, com alegações que refletiam as características estruturantes da sociedade capixaba e, em última instância, brasileira daquele período, que buscava cercear o exercício da docência, pensada a partir de seu processo de feminilização, com estratégias direcionadas à tentativa de limitar a liberdade, a autonomia e a sexualidade das mulheres (professoras). O Estado, nessa direção, se municia de um conjunto de dispositivos estratégicos para cumprir tal tarefa e, no contexto das escolas, o realiza por meio da inspeção escolar.

A “virtude” da professora Joanna Passos foi questionada como estratégia para deslegitimar sua posição como docente e, desse modo

[...] para efetivar sua demissão, foram levantadas dúvidas sobre sua moralidade associadas à sua “virtude”, Joanna entra no jogo das alegações levantadas contra ela, prontificando-se a se submeter a um teste de virgindade, o que se estabelece como uma das principais estratégias jogadas pela professora [...] (Bezerra, 2019, p. 87)

Ao submeter-se a um exame que comprovasse sua virgindade (questionada no inquérito e utilizada como fundamento para justificar seu processo demissional), esta foi atestada. No entanto, Bezerra (2019) faz um importante alerta em relação aos princípios que dão sustentação ao processo de demissão da professora Joanna. Desse modo, a pesquisadora afirma que

As notas [publicadas na imprensa periódica local], apesar de serem explicitamente favoráveis à Joanna Passos, diante da suposta comprovação de sua virgindade, mostram a utilização do exame de virgindade ainda como argumento para comprovar e garantir a honestidade da professora e qualificá-la a exercer a função do magistério. Assim, dando a ver que era comum, nesse contexto, a estreita relação entre docência e prescrições morais de gênero, os mesmos princípios utilizados no jogo cultural para a alegação de sua incompetência profissional foram utilizados como estratégia em sua defesa por Joanna e seus defensores [...] (Bezerra, 2019, p. 89-90).

A pesquisadora destaca a compreensão de que a violência moral e política se constituíram como dispositivos estratégicos de que dispunha o Estado para direcionar o exercício do magistério e que incidiram mais fortemente sobre as mulheres em situação de maior vulnerabilidade social e econômica. Por outro lado, as táticas utilizadas por Joanna nos permitem entrever uma história da escolarização republicana que desafia o discurso oficial.

Nessa direção, a história de Joanna, mais do que uma situação isolada, auxilia a contar a história da República no Espírito Santo demonstrando, por sua “simples” existência e resistência, a possibilidade de contá-la por outras perspectivas.

Desse modo, a publicação em Estado do Espírito Santo sobre a *Gymnastica* revela uma crítica contundente e carregada de sarcasmo à participação de uma senhora de idade em uma atividade de *Gymnastica*, que aqui é depreciativamente referida como “palhaçada”. Esse movimento indica que o próprio jornal se posicionou de diferentes maneiras, em diferentes momentos. Disso não decorre reconhecer incoerência, mas implica em identificar o movimento de um periódico, por meio do movimento de pessoas que o escreviam.

O texto também destaca uma recusa simbólica da *Gymnastica* como uma cadeira legítima no currículo escolar, sugerindo que a disciplina não passaria de um engodo, algo que se reduz a uma performance vazia (outra coisa não se reduz a tal cadeira de *Gymnastica*). Essa afirmação ecoa críticas que foram recorrentes no jornal “O Estado do Espírito Santo”, questionando a seriedade e os fundamentos pedagógicos da introdução da *Gymnastica* na educação formal.

Dessa forma, a publicação expressa não apenas uma crítica pontual a um evento ou indivíduo, mas uma visão mais ampla sobre o percurso de legitimação da *Gymnastica* como parte do ensino escolar. Além disso, evidencia as tensões entre os discursos que defendiam a educação do corpo, por meio dos sentidos e sensibilidades, como essencial para a formação do cidadão republicano e aqueles que viam essa prática como supérflua, inadequada ou até mesmo ridícula.

Muito embora o periódico tenha produzido críticas à *Gymnastica*, também é possível localizar em suas publicações a defesa de uma educação física, como base para a educação intelectual e moral:

[...] Problema complexo e difícil, a educação humana compreende três aspectos diversos: a educação *physica* ou *organica*, que se refere mais particularmente ao desenvolvimento do corpo e da saúde; a educação intelectual, da inteligência, que mais communmente, se chama a instrução, e, finalmente, a educação moral, que os torna cidadãos uteis e si aos outros na convivencia solidaria da sociedade humana.

A educação *physica* é a base fundamental sobre que deve assentar a educação moral e intelectual. Máo grado o preconceito herdado da idade media, de que o corpo não carece cuidados deixando preponderar o espirito é que devia predominar, mão grande essa herança da idade media, que não faze de lavagens, a humanidade actual tem, por ventura, melhorado consideravelmente. Já encontramos, em muitos centros civilizados da Europa, na Belgica, na Allemanha, França, habitos de conforto e de hygiene, mesmo nas classes menos elevadas.

(O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1908b, p. 1)

A análise desse trecho revela que, na perspectiva do documento, a educação física não é apenas a promoção do bem-estar orgânico, mas também o ponto de partida para a formação moral e intelectual. Esse argumento converge com a ideia central da tese de que a modernização educacional operava, de maneira ampla, na “educação dos sentidos”: o cuidado com o corpo – compreendido aqui como a prática de hábitos de higiene e de conforto – é um dispositivo formador de sensibilidades.

Ao colocar a educação física como base fundamental para a educação moral e intelectual, o documento articula um projeto pedagógico que transcende a mera transmissão de conhecimentos. Esse modelo pedagógico, que valoriza a saúde do corpo como alicerce para a formação integral, dialoga diretamente com os dispositivos normativos e discursivos que permeiam a modernização de Vitória.

Dessa forma, o texto não só critica a negligência histórica quanto à importância do corpo, mas também propõe que a incorporação de hábitos de higiene e conforto se converte num processo educativo que reflete os valores republicanos de ordem e progresso.

Em síntese, a publicação evidencia que as aspirações modernas no Espírito Santo careciam integrar a educação física, a intelectual e a moral de forma a transformar a experiência sensorial dos indivíduos. Essa integração, por meio da qual se pretende “romper” com a herança do Império, estabelece a higiene e o cuidado com o corpo como dispositivos formadores de subjetividades e de normas sociais.

A publicação enfatiza a ruptura com o passado provincial do Império e das ordens do Império ao apontar que “o preconceito herdado da idade média... não faze de lavagens” e que, ao contrário, os centros civilizados da Europa – como Bélgica, Alemanha e França – já adotavam hábitos que privilegiavam a higiene, mesmo entre as classes menos elevadas. Essa comparação não apenas legitima a reforma educacional vigente, mas também atua como um dispositivo de “educação dos sentidos”, no qual o olhar e a prática corporal passam a ser normatizados segundo os preceitos da modernidade.

Assim, o texto reflete uma tentativa de configurar uma nova sensibilidade, na qual o cuidado com o corpo é reconhecido como fundamental para o desenvolvimento intelectual e moral, o que, por sua vez, contribui para a formação do cidadão republicano.

Isso posto, reiteramos a necessidade de compreender os esforços empreendidos na urbe de Vitória como fios que se entrelaçam na construção de uma rede que precisa ser observada e compreendida como unidade — e não apenas como um conjunto de fios — em atuação sinérgica para a composição do complexo tecido social de construção e modelamento de sociabilidades, sob a alcunha de moderno e civilizado (Elias, 2011). A encarnação da ordem, do progresso, da higiene e da modernidade requer, portanto, e antes de tudo, a civilização dos comportamentos (Elias, 2011), como marcas de distinção em relação ao período precedente à República.

Nesse cenário, embora os relatórios oficiais e as prescrições normativas frequentemente tenham apresentado a ginástica como um instrumento indispensável para a formação do cidadão republicano, sua implementação concreta foi atravessada por disputas, resistências e reinterpretções no interior do cotidiano escolar.

Os acidentes ocorridos durante essas aulas, como o narrado por um periódico local em 1911, serviram de mote para discursos que ironizavam os excessos da modernização pedagógica, questionando a eficácia e a segurança dessas práticas: “essa infeliz creança [...] fazia exercicio de trapezio na aula de gymnastica da escola modelo, quando do mesmo se desprendeu, colhendo da experiencia o tristissimo resultado” (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1911c, p. 2).

A crítica, embora situada no plano anedótico, revela um campo de tensões mais amplo: o da ginástica como dispositivo de disciplinamento dos corpos, cuja função extrapolava o currículo formal, assumindo o papel de modelador das posturas, dos gestos, das atitudes e até mesmo das emoções.

Em um cenário de forte influência dos ideais higienistas, a presença da ginástica nos programas escolares implicava a crença na plasticidade do corpo infantil e na sua capacidade de regeneração moral por meio do exercício físico controlado e racionalizado. A escola, nesse modelo, transformava-se em uma espécie de oficina moral.

Essas disputas em torno da ginástica escolar não cessaram com o fim da gestão de Jerônimo Monteiro. Permaneceram como camadas sensíveis na cultura escolar capixaba, o que pode ser percebido em produções culturais posteriores.

Nesse sentido, os manuscritos teatrais “Antes de bater a sineta” e “Vitória de relance”, de Amâncio Pereira, escritos entre 1915 e 1916, oferecem indícios importantes da permanência dessas tensões pedagógicas. Não se trata aqui de recorrer a esses textos como testemunhos diretos, mas como operadores simbólicos que condensam disputas em torno das representações da escola, da infância e da corporalidade.

Em “Antes de bater a sineta”, a personagem Orencia, professora afeita às pedagogias modernas, defende com veemência a presença da ginástica e da música na escola: “D. Rosa, a senhora acha errado o que todos aprovam? Música, ginástica e boas maneiras são exigências dos tempos modernos” (Santos; Tesch, 2023, p. 99).

A fala adquire força não apenas pelo que enuncia, mas pelas tensões que torna visíveis: a ginástica aparece como signo de modernidade, mas também como fronteira simbólica entre projetos pedagógicos concorrentes. Quando Orencia afirma que “não se educa apenas a mente, mas também o corpo e os sentimentos” (Santos; Tesch, 2023, p. 99), torna-se explícita a concepção de formação integral do sujeito republicano, alinhada aos dispositivos de sensibilização discutidos ao longo desta tese.

A mobilização desses textos dramaturgicos permite deslocar o olhar da normativa oficial para os modos como as representações são apropriadas, performadas e tensionadas no plano da cultura

escolar. Como propõe Chartier (2002), toda representação é uma prática, e é nessa dimensão prática que o teatro de Amâncio Pereira adquire densidade interpretativa: ele encena, com humor e crítica, os conflitos entre diferentes regimes de sensibilidade. Rosa, personagem conservadora, que resiste à abolição da palmatória e à inclusão da ginástica, é retratada como anacrônica; ao passo que Staël, a aluna que se transforma, é premiada por sua adesão ao modelo da boa aluna disciplinada, ordenada, obediente — em suma, civilizada.

Tais elementos, mesmo produzidos em momento posterior ao recorte empírico desta pesquisa, são operadores de inteligibilidade da cultura escolar e dos sentidos atribuídos à ginástica como prática civilizatória e disciplinadora que ultrapassou os muros da escola e já passava a fazer parte do imaginário social e se materializava em outros dispositivos discursivos. Como propõe Ginzburg (1989), há nos indícios marginais a possibilidade de acessar estruturas profundas, subterrâneas, que escapam à visibilidade dos grandes discursos.

As peças de Amâncio, escritas para encenação escolar, funcionam como práticas discursivas que, ao teatralizarem a escola, produzem representações e prescrevem condutas, sendo, portanto, parte do jogo de forças que compôs o processo de implantação da ginástica na escolarização republicana capixaba.

Ao lado dessas prescrições dramatizadas e das práticas pedagógicas que encenam a ginástica como signo de civilidade, os manuscritos também revelam as resistências que tensionam o processo de modernização escolar. Como propõe Roger Chartier (2002), as representações, ainda quando produzidas em chave afirmativa, são atravessadas por disputas e apropriações heterogêneas, revelando os embates em torno do que se deve ensinar, como e a quem.

Nas peças de Amâncio Pereira, a personagem D. Rosa — crítica da presença da ginástica, da música e da suavização disciplinar — encarna a voz de uma cultura pedagógica anterior, resistente à corporalidade ativa e à sensibilidade progressista. Sua fala, por vezes caricatural, projeta um modo de ver a escola como espaço de contenção e hierarquia moral: “Parece-me que essas meninas estão se preparando para dançar e não para estudar! Que tempos, meu Deus!” (Santos; Tesch, 2023, p. 98).

Ainda que ridicularizada pela professora Orenca, Rosa representa um tipo social reconhecível, presente em famílias, comunidades escolares e setores da administração pública, cujas práticas cotidianas continuamente confrontaram os preceitos reformistas da Primeira República.

Nesse sentido, a peça opera o que Michel de Certeau (1994) denomina de “táticas” — ações improvisadas, localizadas, por vezes silenciosas, mas eficazes na produção de desvios e adaptações dentro dos dispositivos de poder. A própria professora moderna, em sua resposta estratégica — “ouvir sem contrariar desde que não se pode convencer” —, revela uma negociação sensível com o conservadorismo, uma resistência passiva que revela a fragilidade da hegemonia reformadora. Não se trata de uma oposição frontal, mas de um cenário de disputas, onde o prescrito e o praticado constantemente se interpenetram.

Há ainda uma outra forma de resistência encenada nas peças: a resistência pela memória. Em “Vitória de relance”, a saudade da “Vitória de antigamente” é reiteradamente evocada por personagens como Zeferina e Symphorosa, que zombam das inovações e ironizam o entusiasmo com o progresso. Quando uma delas afirma que “no meu tempo não havia isso de gymnastica. As meninas sabiam rezar e costurar, e isso bastava” (Santos; Tesch, 2023, p. 103), não apenas recusa uma prática moderna, mas reivindica uma forma de viver, de sentir e de educar que está em processo de apagamento. Trata-se de uma resistência à sensibilidade moderna que reconfigura corpos, afetos e espaços.

Essas formas de resistência — explícitas ou sutis, sarcásticas ou nostálgicas — são, conforme leitura feita com base em Carlo Ginzburg (1989), vestígios de camadas profundas da cultura escolar, que se revelam não nos grandes projetos, mas nos desvios, nos ruídos e nas brechas do discurso. Ler tais falas como indícios é reconhecer que o processo de escolarização da ginástica — e do corpo moderno que ela pretendia forjar — foi atravessado por conflitos cotidianos, negociações silenciosas e persistentes formas de recusa.

CONSIDERAÇÕES

A análise empreendida ao longo do presente texto permitiu problematizar a introdução da *Gymnastica* como componente curricular obrigatório no Espírito Santo, no início do século XX, tomando como foco o período do governo de Jerônimo Monteiro (1908–1912) e suas implicações no campo da escolarização republicana. Longe de constituir-se como prática consensual ou pacificamente incorporada ao cotidiano escolar, a *Gymnastica* emerge como expressão de conflitos e negociações atravessadas por discursos normativos, prescrições higiênicas e reações diversas no interior do espaço escolar.

Ao articular fontes como decretos oficiais, fotografias escolares, peças teatrais, registros da imprensa e produções acadêmicas, tornou-se possível perceber que, embora legitimada pelo aparato normativo do Estado e sustentada por um discurso civilizatório, a *Gymnastica* não se estabeleceu de forma unívoca. Sua implementação foi marcada por controvérsias, como as críticas veiculadas pelo jornal *O Estado do Espírito Santo*, que denunciaram com ironia aspectos ligados à formação docente e aos riscos físicos implicados nas práticas da ginástica sueca.

Nesse cenário, a *Gymnastica* não deve ser compreendida apenas como desdobramento de uma pedagogia moderna, pautada em métodos racionais e sistemáticos de educação corporal. Funcionava, também, como dispositivo de ordenamento sensível, voltado à conformação de corpos, gestos e atitudes que respondiam às exigências de uma sensibilidade republicana em constituição. A escolarização dos sentidos integrava um processo mais amplo, no qual a moralidade pública, a disciplina corporal e a organização do espaço urbano constituíam uma malha normativa de alcance difuso.

As práticas escolares, as reações da imprensa, os embates protagonizados por professoras como Joanna Passos e as tensões dramatizadas nas peças de Amâncio Pereira evidenciam a presença de táticas de subversão e ressignificação das prescrições oficiais. A Ginástica foi contestada e reinterpretada nos espaços escolares e para além deles. As brechas, os desvios e os ruídos presentes nos documentos analisados tensionam a narrativa triunfalista das reformas educacionais e revelam sujeitos que reorganizam os sentidos atribuídos às práticas escolares.

A educação do corpo, no cenário da Vitória republicana, foi forjada em meio a forças em disputa. Enquanto o Estado, por meio de decretos e reformas, buscava instituir uma nova ordem sensível, os sujeitos escolares operavam táticas próprias de consumo produtivo (CERTEAU, 1994), muitas vezes em descompasso com o modelo idealizado. Nesse jogo polemológico, a *Gymnastica* configurou-se simultaneamente como instrumento de disciplinamento e espaço de enfrentamento simbólico.

Reconhecer tais tensões não significa desconsiderar os efeitos das reformas, mas afirmar que a escolarização é, por definição, atravessada por relações de força em que prescrição e prática raramente coincidem. A trajetória da *Gymnastica* nas escolas capixabas evidencia uma trama de sentidos em disputa, cujas marcas persistem nas representações sobre o corpo, a educação e a cidadania.

Dessa forma, o estudo aqui apresentado contribui para compreender a escolarização como campo de formação de sensibilidades, atravessado por jogos de força e experiências de resistência. A análise das fontes revela vestígios de uma formação que ultrapassa os limites do prescrito e se inscreve na materialidade dos corpos, dos gestos e das práticas sociais.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Elda. *A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no estado do Espírito Santo (1845-1920)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARBOSA, Rui. *Obras Completas de Rui Barbosa*, v. X, t. II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

BEZERRA, Ariadny. *Supremo escândalo: o caso de Joanna Passos e o exercício do magistério no Espírito Santo no início do século XX*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.

BONATTO, Jaklane de Souza Almeida. *A construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930): um estudo sobre as reformas educacionais de Gomes Cardim e Atílio Vivacqua*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2005.

CAMPOS, Karen Calegari Santos. *A educação do corpo no projeto republicano na cidade de Vitória (1908-1912)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos avançados, v. 5, p. 173-191, 1991.

COSTA, Cíntia Moreira da. *“O Éden desejado e querido”: história, fotografia e educação no Espírito Santo durante a Primeira República (1908-1912)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

DIÁRIO DA MANHÃ. Vitória, ES: n. 257, 1908.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. *O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)*. 2003. Tese (Doutorado em Educação Física) — Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.

LOCATELLI, Andrea Brandão. *Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012.

MONTEIRO, J. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Provincial em 1913*. Vitória: Typ. Costa & Cia, 1913.

MONTICELLI, Fernanda Ferreyro. *Processos de exclusão da/na escola no estado do Espírito Santo na Primeira República (1889-1930)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, ES: n. 260, 1908.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, ES: n. 254, 1910.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, ES: n. 74, 1911a.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, ES: n. 119, 1911b.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, ES: n. 138, 1911c.

OLIVEIRA, Deocleciano Nunes de. A historia segundo a concepção moderna. In: *Acta do Congresso Pedagógico Espírito-Santense*. Victoria: Imprensa Oficial, 1909.

SANTOS, Jonathan Murilo Souza dos; TESCH, Leila Maria. Amâncio Pereira: manuscritos do teatro romântico capixaba. *Fernão*, Vitória, ano 5, n. 10, p. 94–108, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufes.br/fernao/article/view/44534>. Acesso em: 22 mar. 2025.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. *Da palmatória à lanterna mágica: A Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autora 1 – Elaboração e desenvolvimento do pesquisa, produção de dados, análise dos dados, escrita do texto e revisão da versão final do artigo.

Autor 2 – Orientação da pesquisa, participação ativa na elaboração dos instrumentos e estratégias metodológicas da pesquisa e análise dos dados, escrita do texto e revisão da versão final do artigo.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.